

XI ECOECO

VII Congreso Iberoamericano
Desarrollo y Ambiente

XI ENCONTRO NACIONAL DA ECOECO
Araraquara-SP - Brasil

IMPACTO DO CONSUMO DAS FAMÍLIAS SOBRE AS EMISSÕES DE GEE ENTRE 1995 E 2009

Lucio flavio da silva freitas (uscs) - luciofreitas@yahoo.com.br

Professor da Escola de Negócios da Universidade Municipal de São Caetano do Sul; Doutorando em Economia pela Unicamp.

IMPACTO DO CONSUMO DAS FAMÍLIAS SOBRE AS EMISSÕES DE GEE ENTRE 1995 E 2009

O último relatório do IPCC revelou que a primeira década do século XXI foi a de maior lançamento de GEE na atmosfera desde a Revolução Industrial. O relatório demonstrou ainda que, desde 1970, o ganho tecnológico e a elevação da produtividade, que reduzem as emissões de GEE por unidade monetária do produto global, foram insuficientes para inverter a trajetória ascendente das emissões, dado o aumento da escala de produção e consumo. Segundo Jackson (2009), se o atual padrão de vida dos países europeus fosse difundido globalmente, até 2050 a tecnologia deveria reduzir em 54 vezes a intensidade de CO₂ do produto global para evitar os cenários mais extremos da mudança climática. Sem medidas que limitem o crescimento da produção e consumo é pouco crível que este resultado seja atingido.

No Brasil, em 2009 o consumo agregado das famílias brasileiras somou R\$ 1.940 bilhões, ou 60% do PIB. Em comparação com o ano de 1990 o consumo das famílias mais do que dobrou. O índice de Gini para a desigualdade de renda domiciliar diminuiu de 0,614 para 0,543 (PNAD/IBGE, 2012). Quase 60 milhões de brasileiros ascenderam à chamada classe C, cujos rendimentos variam entre R\$ 1.200,00 e R\$ 5.174,00, na definição de Neri (2012). Evidentemente, o atual ciclo de desenvolvimento da economia brasileira tem repercussões sobre as emissões de GEE.

Para conhecer tais repercussões, o artigo lidou com as emissões domiciliares brasileiras assumindo a perspectiva da demanda. Isto é, atribuiu os lançamentos dos gases de efeito estufa aos demandantes dos bens e serviços finais, e não às atividades geradoras, bem como as emissões intermediárias aos setores de atividade econômica que estão na ponta final da cadeia produtiva, de acordo com seus requerimentos de insumos capturados através de uma matriz de insumo produto ponderada pelas intensidades de emissões setoriais.

Foi observado que no período recente, pós-estabilização dos preços na década de 1990 até o ano de 2009, fase de crescimento expressivo do mercado interno, houve um importante aumento das emissões, que se tornaram mais aderentes ao ciclo econômico, exclusive aquelas da mudança de uso da terra e florestas (MUTF). Que a continuidade do processo de inclusão da camada mais pobre da população nos mercados consumidores não pode prescindir do crescimento econômico. E que o cenário *business as usual*, descontada a MUTF, implica em uma trajetória ascendente das emissões no médio-prazo.

O artigo avançou na elaboração de matrizes de insumo produto compatibilizadas aos dados das emissões de CO₂, CH₄ e N₂O para 42 setores em três momentos das últimas duas décadas, 1996, 2002 e 2009. Investigou as alterações nos padrões de consumo das famílias e respectivos lançamentos de GEE com elevado grau de desagregação, vintis de renda domiciliar *per capita*. Decompôs as emissões relacionadas ao consumo das famílias entre diferentes efeitos (composição, escala, tecnológico e distributivo) e corroborou a ideia de que a melhor distribuição dos níveis de consumo entre as famílias,

isolada de outros efeitos, atua para gerar mais emissões de GEE. Também verificou que as emissões *per capita* do consumo dos vinte de renda mais elevada superam o espaço de carbono projetado para o consumo dos brasileiros em 2030.

Enfim, ao redistribuir as emissões domiciliares conforme a categoria de consumo dos bens, indicou a alimentação e a mobilidade (transporte e veículos) como elementos centrais para as medidas de redução das emissões. Daí sinalizou que a Política Nacional sobre Mudanças do Clima, mais concentrada na fonte geradora e portanto no ganho tecnológico, e sem medidas que representem limites à escala de produção e consumo, ao menos de certos bens, sem estimular mudanças substanciais no padrão de consumo, não altera suficientemente o *business as usual* da economia brasileira, e que o país deveria aumentar seus esforços de mitigação dos GEE.